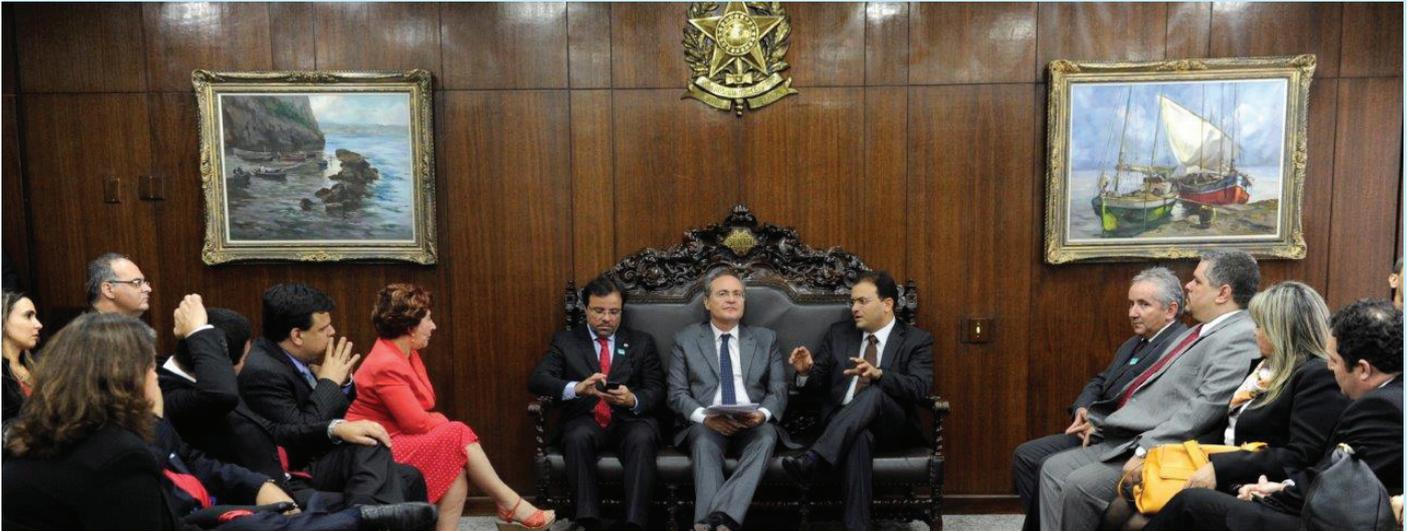


Projetos dos Honorários de Sumbência avança no Senado



Delegação da ABRAT em audiência com o Presidente do Senado

“Comprometo meu empenho pessoal para agilizar a apreciação da matéria no Senado” essas foram as palavras do presidente do Senado, senador Renan Calheiros aos integrantes da comitiva da ABRAT e ao presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), Marcus Vinicius Furtado Coêlho, durante audiência referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 33 de 2013, que trata da imprescindibilidade da presença de advogado nas ações trabalhistas e prescreve critérios para fixação de honorários advocatícios e periciais na Justiça do Trabalho.

O projeto, que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, recebeu parecer favorável do relator, senador Jayme Campos (DEM-MT). Agora será encaminhado para a pauta de deliberações do plenário da comissão.

Para o presidente da ABRAT, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, o projeto irá beneficiar mais de 200 mil advogados que

militam na Justiça do Trabalho e as partes. “Com a obrigatoriedade dos advogados na Justiça do Trabalho, todas as partes terão o direito de ter defesa qualificada dos seus direitos”, acrescenta Matos.

“A sanção presidencial irá sanar uma injustiça ao advogado trabalhista, resguardando ainda a



prerrogativa profissional”.

“A aprovação acabará com a discriminação ao advogado trabalhista, pois este é um setor da advocacia e que assim como

os demais ramos da profissão, é complexa e exige permanente aperfeiçoamento profissional”, disse o presidente do CFOAB, Marcus Vinicius.

A ex-presidente da Associação e autora do projeto inicial, a ex-deputada federal pelo Paraná, a advogada Clair da Flora Martins, admite se sentir realizada, ao verificar que após 10 anos, finalmente o anseio dos advogados trabalhistas será atendido.

O Projeto irá alterar o artigo 791 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ao estabelecer que a sentença das decisões da Justiça Trabalhista condenará o vencido, inclusive quando vencida a Fazenda Pública, ao pagamento de honorários de sucumbência aos advogados, fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% sobre o valor da condenação. Exigindo ainda a presença de advogado em todas as ações trabalhistas.”

Presidente do TST recebe delegação da ABRAT para discutir assuntos de interesse da Advocacia Trabalhista



Diretores da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT) e de associações estaduais de 15 estados e do Distrito Federal se reuniram com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Carlos Alberto Reis de Paula. Entre os assuntos da audiência as questões envolvendo a implantação do PJe na Justiça do Trabalho, a descentralização das varas no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª

Região (TRT/1) no Rio de Janeiro e a não cobrança por parte dos TRTs das salas onde funcionam as entidades estaduais.

Na oportunidade, o ministro recebeu ainda o convite para participar do XXXV Congresso Nacional de Advogados Trabalhistas (CONAT) no Rio de Janeiro.

Reis de Paula recebeu também um exemplar da edição número 2 da revista da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná (AATPR).

O presidente do TST, durante o encontro, foi agraciado com a medalha Arnaldo Sussekind, entregue pela Associação Carioca dos Advogados Trabalhistas (ACAT/RJ) em

comemoração aos 50 anos de fundação da entidade.

Participaram representantes do Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí, Rondônia e Sergipe.



Comitiva de 15 estados e DF na visita ao TST



ACAT/RJ entrega Medalha ao Presidente



Ministro recebe revista da AATPR

Inaugurada foto de

Calaça na galeria de ex-presidentes



Inaugurada na sede da ABRAT, em Brasília, a foto do ex-presidente da Entidade, o advogado pernambucano Jefferson Calaça.

A cerimônia realizada no último dia 14, contou com as presenças de ex-presidentes, diretores, representantes de Associações Estaduais, do Conselho Federal da OAB e da Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho (JUTRA).

Em seu pronunciamento, Calaça fez uma retrospectiva desde que assumiu a ABRAT, ressaltando principalmente que com o empenho de cada amigo em todos os Estados foi possível construir uma relação fraterna e voluntária, além de uma Associação forte e com grandes lutas nacionais.

Palavras encampadas pelo presidente da Associação, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, ao enaltecer o trabalho desenvolvido por Jefferson durante os dois anos de empenho pela ABRAT.

A primeira mulher presidente e eleita diretamente para a presidência da Associação, a advogada carioca Moema Baptista se emocionou ao falar do ex-presidente, que em suas palavras fez renascer a ABRAT que todos os associados lutam há 35 anos.

“A nossa galeria não é somente uma galeria de fotos, mas de amigos e história, construída

muito mais com emoção, vocação e dedicação de cada um. A ABRAT é um pedaço do coração de cada advogado na defesa dos direitos fundamentais do ser humano”, afirmou o ex-presidente Nilton Correia.

Para o presidente da OAB, Marcus Vinícius Furtado Côelho, a Associação representa um importante segmento da advocacia brasileira, se sentindo ainda parte integrante da família abratiana.

Na solenidade, Marcus Vinícius dedicou ainda seu mandato a Jefferson Calaça e a ABRAT, que juntos lutaram em seus Estados para a aprovação de seu nome como presidente do Conselho Federal.

Côelho reafirmou também seu compromisso para a sanção presidencial do Projeto de Lei da Câmara nº 33 de 2013, sendo que a OAB não aceitará emendas ao PLC.

O diretor tesoureiro do CFOAB, Antônio Oneildo Ferreira, presente à cerimônia e advogado trabalhista em Roraima, se comprometeu a organizar a Associação Estadual no Estado. “ Dessa maneira estaremos contribuindo de maneira efetiva para o fortalecimento da ABRAT”, ressaltou.

Diretores se reúnem com representantes da Conatrae

A ABRAT poderá integrar a Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (Conatrae).

A solicitação ocorreu durante encontro em Brasília com

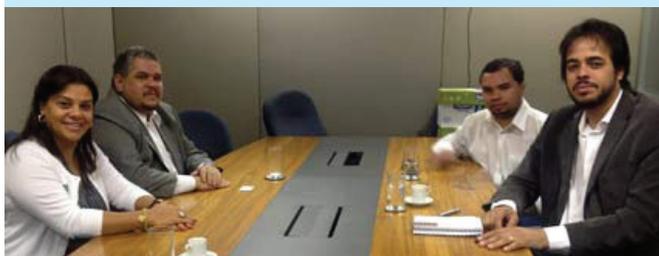
o coordenador geral da Conatrae, José Armando Fraga Diniz Guerra.

Segundo o presidente da Associação, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, a entidade reivindica ser um membro observador com direito de participar das reuniões.

A Conatrae, vinculada Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da

República e criada em junho de 2003, é uma comissão na qual compete, entre outras atribuições, acompanhar o cumprimento das ações constantes do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, além de propor a elaboração de estudos e pesquisas e incentivar a realização de campanhas relacionadas à erradicação do trabalho escravo; e

A diretora Social, Luciana Barcelos também esteve presente à reunião.



Diretores da ABRAT com o coordenador geral e João Alves Filho



"No Brasil dos Eventos Internacionais, o DIREITO DO TRABALHO está no pódio."

9 a 12 de Outubro
2013

Othon Palace Hotel
Copacabana - RJ

Homenageando, "in memoriam",
o Ministro Arnaldo Sussekind.

Serão concedidas 20 horas de
estágio pela OAB/RJ.

25 anos de
constitucionalização
dos direitos sociais
trabalhistas

Os eventos
internacionais
e suas
repercussões
nas relações
de trabalho

Os 70
anos
da
CLT



www.abrat.net



XXIV Caravana em Juiz de Fora/MG: continua a interiorização da ABRAT



Após “percorrer” 23 cidades em todas as regiões, Juiz de Fora foi a sede da XXIV Caravana ABRAT. O Simpósio realizado desde o ano de 2011, tem proporcionado aos advogados trabalhistas e demais construtores do direito um debate amplo referentes a temas envolvendo a área.

Foram realizados quatro painéis: “Desafios do PJe”, com a fala do advogado, Carlos Schirmer Cardoso, membro do Comitê Gestor do PJe no TST e no TRT 3ª Região.

“Mecanismos Alternativos de Solução de Conflitos”, contando com palestra da diretora do Foro Trabalhista de Juiz de Fora, Martha Halfeld e da professora da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Renata Maia.

Na parte da tarde o “Painel: Execução Trabalhista: Atual Modelo e o Projeto em Tramitação”, bandeira da associação em 2013, contou com palestra da diretora da ABRAT, Benizete Ramos de Medeiros, e

do advogado tabalhistta Davidson Malacco. Durante sua explanação, Benizete fez o lançamento de livro.

Ao final, o Simpósio recebeu a palestra “Acidente de Trabalho e Reflexos Previdenciários”, com a fala do diretor da AASP, Luiz Carlos Moro, que teve como debatedor o vice-presidente da CAA/MG, Wagner Parrot.

O presidente da ABRAT e diretor tesoureiro da OAB/MG, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves explica que a entidade é a 2ª maior associação de classe do Brasil estando presente em 25 unidades da Federação. E diz que existe no Brasil cerca de 200 mil advogados trabalhistas. “ Escolhemos Juiz de Fora em virtude da cidade contar com um número expressivo de advogados, em torno de 7 mil inscritos, como um reconhecimento e valorização da advocacia no Estado”, disse Matos.

Estiveram presentes à



Caravana representantes de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Participaram ainda do Simpósio o presidente da Caixa de Assistência do Advogado de Minas Gerais (CAA/MG), Sérgio Murilo Diniz Braga; a presidente da Associação Mineira de Advogados Trabalhistas (AMAT), Izabel Dorado; o presidente da Subseção de Juiz de Fora, Denilson Clozato Alves; a juíza titular da 5ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora e juíza convocada da Turma Recursal do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT/3), Maria Raquel Zagare Valentim, diretores, conselheiros Seccionais e da Subseção da OAB e estudantes e os diretores da ABRAT, Afonso Raso, Marco Freitas, Araçari Baptista, Paulo Reis, os ex-presidentes Moro e Moema.

Reconhecimento: Homenagem da ABRAT a ex-sindicalistas que marcaram a história



Clodesmidt Riani, familiares, Presidente da ABRAT e Raphael Martinelli



Familiares de Batistinha, Presidente da ABRAT, Diretor Afonso Celso Raso, Presidente da OAB Juiz de Fora, Denilson Clozato e Raphael Martinelli

“Trabalhamos com vários direitos cunhados pela luta destes homens”, com essas palavras o presidente da Associação, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves abriu a cerimônia de sessão de homenagens aos ex-sindicalistas e advogados Clodesmidt Riani e Demisthóclides Baptista, o Batistinha.

Marlus Riani, neto de Clodesmidt fez a saudação ao avô que participou da solenidade e se emocionou durante a saudação.

A primeira mulher presidente da ABRAT, Moema Baptista, sobrinha de Batistinha foi a responsável pela homenagem ao tio, que como ela se referiu foi um exemplo de luta e determinação em prol dos direitos dos trabalhadores. A filha do homenageado, a diretora da Associação, Araçari Baptista, esteve presente à cerimônia.

Quem também compareceu foi Raphael Martinelli, líder ferroviário e amigo pessoal de Jango, que foi perseguido e torturado pela ditadura e nunca deixou de lutar pela classe dos ferroviários. Hoje é advogado e um tenaz militante dos direitos humanos. E conheceu de perto os dois homenageados.



Juristas trabalhistas têm encontro na Colômbia

O XI ELAT – Encontro Latino-Americano de Advogados Laboralistas acontecerá neste ano em Medellín na Colômbia de 6 a 8 de novembro.

Durante o simpósio serão debatidos a Terceirização, Saúde do Trabalhador, Sindicalismo, Previdenciário, Liberdade Sindical. E ao final será elaborada a carta sócio laboral da Associação Latino-Americana de Advogados Trabalhistas (ALAL), organizadora do Encontro.

Estão confirmadas presenças

de juristas latino-americanos e dos Estados Unidos, Canadá, México e Europa.

Informações sobre o encontro no endereço eletrônico: <http://alalincludente.blogspot.com.br/2013/08/conheca-o-caribe-colombiano-alal.html>

A Casa Castro é a agência oficial do congresso. Telefones: (11) 3257 6588 - 3255 3145 - 3256 2495-3231 5297/telfax:(11) 3259 1172, email: ccastros@terra.com.br

Empregado tem direito de expressar opinião em redes sociais

*Ruy João Ribeiro



O tema é altamente complexo e atual. Envolve a discussão sobre os limites que podem ser impostos pelo empregador ao empregado em face ao direito Constitucional da liberdade de expressão e opinião política, especialmente no trato da

comunicação por meio de redes sociais, circunstância que implica numa colisão entre direitos fundamentais.

O poder que o empregador tem de criar as normas e procedimentos, bem como aplicar sanções (Poder Diretivo) decorre da livre iniciativa, que é um direito fundamental previsto na Constituição Federal: "Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.". De outro lado, os direitos fundamentais do trabalhador de liberdade de expressão, inclusive política, de pensamento e comunicação também estão previstos na Constituição: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (...) IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo

se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

O ordenamento jurídico nacional, portanto, colocou à disposição dos empregadores normas de proteção à livre iniciativa e à propriedade privada, como também assegurou aos cidadãos e trabalhadores proteção à intimidade, à igualdade, à privacidade, à liberdade de expressão e comunicação, inclusive política. Há, sem dúvida, uma zona de colisão entre normas Constitucionais no momento em que se contrapõem os interesses do empregador, que não quer ver seus empregados emitir opiniões contrárias aos seus interesses econômicos-empresariais, e do

empregado, que pretende exercitar o seu direito fundamental de emitir opinião, de expressar seu pensamento político. Chocam-se, de um lado, o direito de dirigir e fiscalizar e, de outro lado, o direito de expressar livremente os pensamentos, direito este que fica, assim, na iminência de ser mitigado ou violado pelo exercício irregular do Poder Diretivo que decorre da garantia Constitucional da livre iniciativa.

Como não há direito absoluto, a liberdade de expressão e comunicação pode sofrer restrições nas relações de trabalho, desde que se observem os Princípios Constitucionais da Proporcionalidade

e Razoabilidade, com o fim precípua de harmonizar os interesses sociais e preservar os direitos e garantias constitucionais. O Supremo Tribunal Federal, no HC 82.424, cujo Relator foi o Eminentíssimo Ministro Maurício Corrêa, pontificou: "Liberdade de expressão. Garantia constitucional que não se tem como absoluta. Limites morais e jurídicos. O direito à livre expressão não pode abrigar, em sua abrangência, manifestações de conteúdo imoral que implicam ilicitude penal. As liberdades públicas não são incondicionais, por isso devem ser exercidas de maneira harmônica, observados os limites definidos na própria

“Há, sem dúvida, uma zona de colisão entre normas Constitucionais no momento em que se contrapõem os interesses do empregador”

Constituição Federal (CF, artigo 5º, § 2º, primeira parte). O preceito fundamental de liberdade de expressão não consagra o 'direito à incitação ao racismo', dado que um direito individual não pode constituir-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra. Prevalência dos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade jurídica."

É possível afirmar que hoje em dia poucas empresas possuem regras definidas sobre a utilização das redes sociais, em que pese a legislação trabalhista permitir – e ser absolutamente recomendável – que as empresas estipulem no contrato individual de trabalho normas e procedimentos relativos ao uso das redes sociais. Para os contratos de trabalho já em curso se deve criar tais parâmetros por meio de acordos coletivos ou convenções coletivas. Há empresas que criam cartilhas ou manuais para estabelecer referidas regras, mas que são susceptíveis de questionamentos judiciais, porquanto revelam-se de caráter unilateral e, geralmente, são instrumentos criados no curso

“ A liberdade de expressão e comunicação pode sofrer restrições nas relações de trabalho, desde que se observem os Princípios Constitucionais da Proporcionalidade e Razoabilidade”

da relação de emprego, o que pode atrair a incidência do art. 468 da CLT, segundo o qual, em síntese, somente se pode alterar as condições de trabalho por mútuo consentimento, de forma bilateral e desde que não haja prejuízo, direto ou indireto, para o empregado (Princípio da Imodificabilidade).

Se o empregador dispuser de regras claras, razoáveis e proporcionais o empregado estará obrigado a obedecê-las, sob pena de cometer ato de insubordinação ou indisciplina ou mau procedimento, dependendo da natureza do comando, se genérico ou pessoal, e, assim, ser dispensado por justa causa. Acaso não haja regras,

vedações ou limitações e o empregado exercer o direito constitucional de expressão, inclusive política, não poderá ser dispensado por justa causa, sob pena de se considerar a dispensa discriminatória e gerar direito a reintegração e indenização por danos morais.

Advogado na Bahia

Jurisprudência

Ampliação de competência da Justiça do Trabalho

A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ações envolvendo sindicatos. O entendimento é do ministro Luís Felipe Salomão, relator do CC: 124534 DF 2012/0193046-1.

Em seu julgamento o ministro afirmou que com a promulgação da EC n. 45/2004, ampliou-se a competência da Justiça do Trabalho, em cujas atribuições jurisdicionais incluiu-se o poder para processar e julgar a controvérsia pertinente à representação interna de entidades sindicais (sindicatos, federações e

confederações). Em decorrência dessa reforma constitucional, cessou a competência da Justiça comum de Estado-Membro para processar e julgar as causas referentes aos litígios envolvendo dirigente sindical e a própria entidade que ele representa em matérias referentes a questões estatutárias. Precedentes do STF e STJ. 2. As regras de competência previstas no art. 114 da CF/1988 produzem efeitos imediatos, atingindo, inclusive, as demandas em curso. Assim, a competência da Justiça comum estadual remanesce

apenas nos casos em que haja sentença de mérito exarada em data anterior à EC n. 45/2004. 3. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo da 18ª Vara do Trabalho de Brasília, o suscitado.

(STJ - CC: 124534 DF 2012/0193046-1, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 26/06/2013, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 01/07/2013). (0000154-66.2012.5.03.0041 RO)



Assembleia Legislativa do RJ: Jubileu da ACAT

A ex-presidente, Moema Baptista, foi umas das oradoras na cerimônia e Davi Meireles o sócio nº 1 da ACAT/RJ

A Associação Carioca dos Advogados Trabalhistas (ACAT/RJ) comemorou neste ano seu Jubileu de Ouro. A mais antiga entidade de advogados trabalhistas, fundada em 20 de junho de 1963, é uma referência no país. Em reconhecimento a ACAT/RJ foi instituído o Dia do Advogado Trabalhista, na mesma data da sua instalação.

Como parte dos eventos em comemoração aos 50 anos de fundação, a instituição homenageou cerca de 50 personalidades da Justiça Trabalhista com a medalha Arnaldo Sussekind, em solenidade na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). O presidente da ABRAT, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves foi um dos homenageados com a medalha.



Alguns dos homenageados com a Presidente e Vice da ACAT/RJ
Ana Beatriz Bastos Seraphim e Araçari Baptista

PL 4330: Souto Maior publica artigo debatendo terceirização



O Juiz do Trabalho, Jorge Luiz Souto Maior escreveu um artigo que está publicado no site da ABRAT na qual faz uma explanação sobre o Projeto de Lei 4330 que trata de alterações na terceirização no Brasil.

O PL 4.330/04, está em discussão na Câmara dos Deputados, devendo entrar na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em setembro, segundo informações da assessoria do presidente da comissão, deputado Décio Lima (PT/SC).

No texto intitulado: PL 4.330, o Shopping Center Fabril: Dogville mostra a sua cara e as possibilidades de redenção, entre outros pontos, Souto

Maior ressalta que “no projeto de lei, assim como na proposta do governo, verifica-se, ainda, a desfaçatez de tentar conduzir as relações jurídicas originadas da terceirização ao âmbito exclusivo do Direito Civil. Uma atitude, portanto, de afronta deliberada ao Direito do Trabalho, para que a vontade das partes, de indisfarçável ampliação da exploração do ser humano trabalhador, não seja impedida pela incidência dos princípios jurídicos trabalhistas. Claro que é uma tentativa vã, mas que não exclui a sua perversidade, só pelo fato de existir”.

Advogados trabalhistas de São Paulo se encontrarão no maior congresso de advogados trabalhistas do Estado

De 26 a 28 de setembro acontecerá em Ubatuba (SP) o XXXII Congresso da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo.

O tema central do encontro será os 70 anos da CLT, sendo debatidos os direitos coletivos do trabalho, a execução trabalhista após a Consolidação e os assuntos atuais envolvendo-a.

Entretanto, a descentralização da Justiça do Trabalho em São Paulo e os aspectos legais e técnicos do PJe também estão na pauta do congresso.

O simpósio é organizado pela Associação

de Advogados Trabalhistas de São Paulo (AATSP). Informações no endereço eletrônico: www.aatsp.com.br



Ex-presidentes da ABRAT na CNDS

Os diretores da Associação, e ex-presidentes, Nilton Correia e Jefferson Calaça, assumiram a presidência e vice-presidência da Comissão Nacional de Direitos Sociais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), em cerimônia com a presença do presidente da Ordem, Marcus Vinícius Furtado Côelho.

Associação participa de Conferência Nacional

O presidente da ABRAT, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves integra a comissão que irá escolher os temas e palestrantes da 22ª Conferência Nacional dos Advogados.

O encontro é considerado o maior fórum de debates sobre a advocacia, além de servir como meio de orientação para o papel da OAB nos assuntos sociais de interesse nacional.

A conferência que acontecerá em outubro no Rio de Janeiro e deverá reunir em torno de 30 mil advogados.

Fazem parte da comissão o advogado Nabor Bulhões; o presidente do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), Fernando Frago; o presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Rio de Janeiro (CAA/RJ), Marcello Augusto Lima de Oliveira; o diretor da Escola Nacional de Advocacia (ENA), Henry Clay Andrade; o advogado Gabriel Ciríaco; o constitucionalista José Afonso Silva, dentre outro. A comissão é presidida por Marcus Vinícius Furtado Côelho, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

XXVI Simpósio Trabalhista CARAVANA da ABRAT

Natal - RN
4, 5 e 6
setembro
2013

Encontro Norte-Riograndense dos Advogados Trabalhistas
Direitos Fundamentais do Trabalho: 25 anos da Constituição Federal e 70 anos da CLT



4 de setembro - quarta-feira

14h **Reunião da ABRAT** com os Advogados Trabalhistas da Paraíba na sede da OAB/PB

5 de setembro - quinta-feira

9h **Credenciamento**

16h30 **Curso de Iniciação à Advocacia Trabalhista**
Coordenação: Mariana Souza Pres. da Comissão dos Advogados Iniciais da OAB/RN

19h **Abertura**
Professor Antônio Fabrício Gonçalves Presidente da ABRAT
Luiz Gomes Presidente da ANATRA

Conferência de Abertura: Direito do Trabalho Moderno e suas evoluções nos 70 anos de CLT.
Conferencista: Professor Renato Saraiva Procurador do Trabalho

6 de setembro - sexta-feira

9h **Painel de debate: PJe: um novo profissional, uma nova linguagem, um novo Direito**
Painelista: Hallrison Dantas Advogado e membro da Comissão de Tecnologia da Informação do CFOAB
Painelista: Dra. Simone Jalil Juíza do Trabalho ex-presidente da AMATRA

10h **Painel de debate: Novos direitos dos domésticos e suas repercussões no mundo trabalhista.**
Painelista: Juíza Maria Rita Manzara Presidente da AMATRA21

14h30 **Painel de debate: Celeridade e efetividade da execução trabalhista e as novas normas do Processo.**
Painelista: Juíza Rachel Vilar de Oliveira Villarim Juíza do TRT21
Painelista: Rosivaldo Oliveira Procurador Chefe da PRT21

16h **Painel de debate: Dano Moral Coletivo do Trabalho.**
Painelista: Professor Xisto Tiago Procurador Chefe da PRT21
Painelista: Professora Juliana Rocha Pinheiro Advogada especialista em M&ME em Direito Constitucional pela UFRN

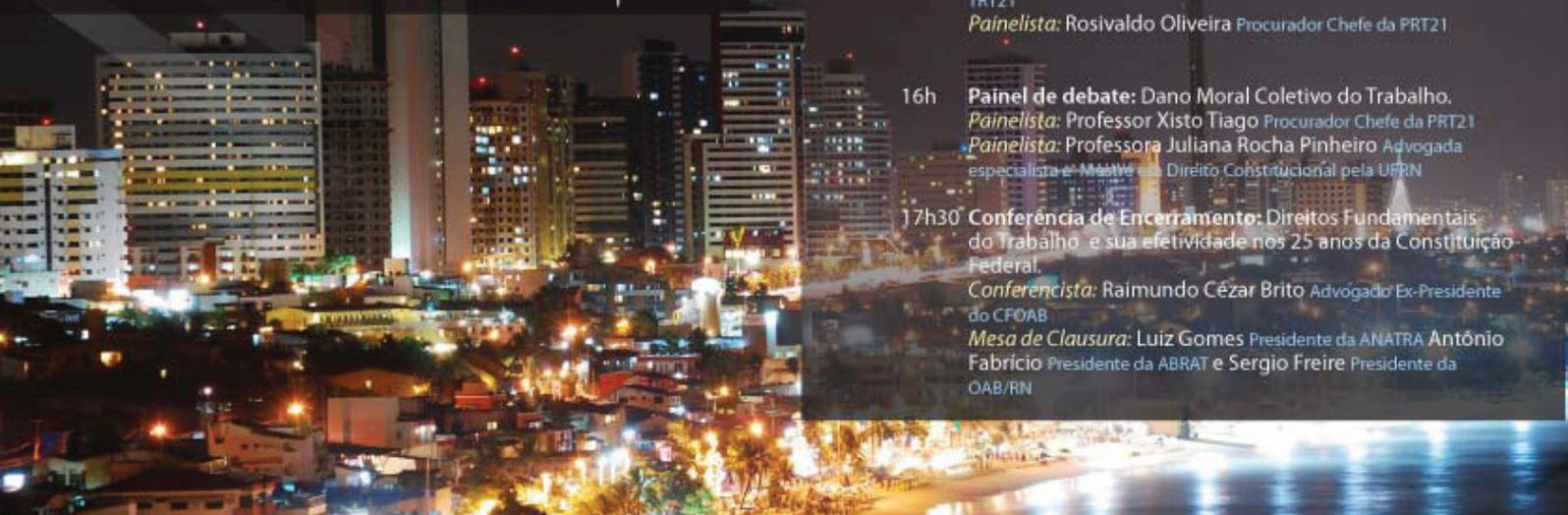
17h30 **Conferência de Encerramento: Direitos Fundamentais do Trabalho e sua efetividade nos 25 anos da Constituição Federal.**
Conferencista: Raimundo César Brito Advogado Ex-Presidente do CFOAB
Mesa de Clausura: Luiz Gomes Presidente da ANATRA Antônio Fabrício Presidente da ABRAT e Sergio Freire Presidente da OAB/RN

Local
Auditório da Escola de Governo

Informações
(84) 3204-0606 | secretaria@anatra.com.br

Inscrições
Sala do Advogado do TRT21 | CA de Direito da UNP*

Inscrição	
Profissionais	R\$ 60,00
Estudantes	R\$ 40,00
Alunos da UNP, parceria com o CA de Direito*	R\$ 30,00



Promoção e Realização



Co-realização



Apoio



Organização



QUEM É O QUARTO PATETA QUE LEVOU O BONITÃO?

Benizete Ramos de Medeiros



Quem esteve na XXIV Caravana da ABRAT, realizada em 23 de agosto, na cidade mais carioca que mineira, Juiz de Fora, terra da linguiça, do doce de leite e do torresmo, dentre outros atrativos típicos, não passou incólume.

Seja porque os trabalhos do dia foram encerrados no agitado e típico bar do bigode para apreciar a sequência de torresmo, irresistivelmente bom, seja pela emoção que invadiu a todos que assistiram, na etapa final dos trabalhos realizados no auditório da OAB, a homenagem a duas grandes personalidades públicas. Hoje, dois dias depois, encontra-se muito fresco na minha e, certamente, na memória dos que lá estiveram e esperaram para ver, embora após um dia inteiro de intensos debates.

De forma empírica, penso que a ABRAT, além das lutas jurídicas, sociais e políticas, volta e meia envereda pelo caminho da arte, da literatura do lúdico. Afinal, será que tudo isso pode mesmo ser dissociado? Desconfio que não.

As homenagens ocorridas, no final de tarde daquele ensolarado dia 23 de agosto, fizeram da XXIV caravana algo diferente, porque trouxe à recordação dos presentes a história de dois importantes personagens que contribuíram para construção de Direitos Sociais trabalhistas, ou exclusivamente de uma categoria— os ferroviários —ou de todos os trabalhadores, em larga militância sindical.

Causou surpresa a muitos, como a mim mesma, a autoria do projeto de 13º.salário e tantos outros benefícios perseguidos e conquistados pelos operários da época. Clodesmidt Riani, foi um líder sindical e político mineiro, que passou muitos anos preso, mas não incólume aos apelos dos hipossuficientes, e, hoje

aos 92 anos continua prestando serviços à população carente do pão material, do otimismo e da esperança e na promoção da cidadania.

Mas, foi na fala de Moema Baptista e nas lágrimas de Araçari Baptista que fixei meu olhar perscrutador e meu sentir mais intenso, talvez pela relação de amizade de vários anos com ambas e, então, pude perceber, mais ainda a importância daquele outro homenageado- Batistinha, assim conhecido Demisthóclides Baptista.

De aparência frágil, Batistinha, ou para as filhas, Bonitão, passou pela repressão política acompanhando à distância a grande companheira e esposa, Neuza, oito filhas e demais familiares, não quedando-se, por isso, ao regime repressivo dos ideários de liberdade e de justiça, pois não desistiu, não se intimidou, ao contrário fortaleceu-se na saudade da família, na privação material, e no anseio de melhoria de sua categoria, de sua gente.

O “quarto pateta”, assim apelidado pela inocência de sua filha de 04 anos- Araçari- a um dos homens que o levaram, e nem todos os outros, foram capazes de reprimir sua coragem de lutar, eis que Bonitão, retornou ao cenário das lutas políticas, onde se movimentou nos diversos embates, combatendo sempre a ganância, os interesses escusos, a omissão dos bons.

E lutou, gritou até que fosse silenciado pelas mãos da estranha moral, do opróbrio social da infâmia, dos fracos de verdade e da banalização vida.

Mas, não puderam ceifar a verdadeira vida: A memória, as lembranças, as conquistas, os feitos, o legado, o triunfo, porque isso não morre. Sim, Bonitão vive!

Benizete Ramos de Medeiros, é diretora da ABRAT; advogada trabalhista e professora de Direito e Processo do Trabalho

O “quarto pateta”,
assim apelidado
pela inocência
de sua filha de 04
anos- Araçari



Minas Gerais

A ABRAT, através do seu presidente, Antônio Fabrício, e da presidente da Associação Mineira de Advogados Trabalhistas (AMAT), Isabel Dorado, esteve presente no II Congresso de Direito do Trabalho na PUC/MG, em comemoração aos 70 anos da CLT, com o apoio do TRT da 3ª Região.



Niterói - RJ



A Associação Fluminense de Advogados Trabalhistas (AFAT) voltará a integrar e participar das atividades da ABRAT.

O comunicado foi feito pelo presidente da associação estadual, Marcelo Gomes Cruz ao presidente da entidade, Antônio Fabrício.

Matos informou que durante a reunião a AFAT entregou à ABRAT um documento contendo reivindicações que já foram encaminhadas ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Carlos Alberto Reis de Paula.



Paraíba

Diretores da ABRAT se reuniram com advogados trabalhistas no último dia 04.

O encontro foi na sede da seccional da OAB em João Pessoa.

A reunião contou com representantes da Associação Paraibana.



Piauí

Em visita a Teresina (PI), o presidente da ABRAT, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves se encontrou com o presidente da OAB/PI, Willian Guimarães Santos de Carvalho e com o presidente da Comissão de Direito do Trabalho da Seccional, Carlos Henrique Alencar Vieira.

Na reunião, o presidente da Ordem firmou parceria com a ABRAT para divulgação do Informativo.



PJe



No Piauí, Matos também participou do curso do Processo Judicial Eletrônico, organizado pela Escola Nacional de Advocacia.

Homenagem

A agenda foi finalizada com a participação de uma sessão solene na Assembleia Legislativa em homenagem aos advogados.



Paraná



A Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná (AATPR) inaugurou em sua galeria a foto do ex-

presidente da Entidade, Marcelo Alessi.

Durante a cerimônia foi lançada a 2ª edição da Revista da AATPR, que traz entre outros destaques a história dos 35 anos da entidade, com depoimentos dos antigos e novos associados e uma entrevista com a vice-presidente de Curitiba, Miriam Gonçalves, 1ª mulher a assumir o governo municipal na capital.



Pernambuco

Realizado pela Associação dos Advogados Trabalhistas de Pernambuco (AATP) o II Simpósio Trabalhista. Foram realizados três painéis com os temas: " Aspectos controvertidos das provas no Processo do Trabalho" com o juiz Matheus Rezende; " Novos

contornos da jornada de sobre aviso" com o advogado Fabiano Barbosa e " A atuação do advogado trabalhista na 2ª instância" com o advogado Marcondes Sávio dos Santos. O encontro reuniu advogados da capital e do interior.



Rio de Janeiro

A Associação Carioca dos Advogados Trabalhistas (ACAT/RJ) juntamente com a OAB/RJ, Sindicato e Ministério Público do Trabalho fizeram uma manifestação contra a implantação do Processo Judicial Eletrônico (Pje) nas Varas do Rio de Janeiro. O ato aconteceu em frente ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/1).



Descentralização

A ACAT/RJ, a Comissão de Justiça do Trabalho (CJT) e o Sindicato dos Advogados divulgaram uma nota de repúdio quanto ao projeto de "descentralização" da Justiça do Trabalho, recentemente aprovado pelos órgãos internos do TRT.

O documento foi entregue durante reunião do conselho Pleno do Tribunal.



Advocacia consegue mudanças no Pje

Quatro alterações foram aprovadas na resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT 94/12. Duas delas atendem requerimentos do Conselho Federal da OAB (CFOAB) e da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT) e Associação do Advogados de São Paulo (AASP). A mudança altera pontos do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT).

Foram aprovados, via sugestões da advocacia, que desde o último dia 30, o acesso para visualização de autos está sendo feito por meio apenas de login e senha; antes o acesso dependia de um certificado digital. E as publicações dos advogados sejam feitas via DEJT - Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, salvo no caso de vista pessoal. Essa permissão entra em vigor 30 dias após sua aprovação. A instalação do PJe-JT também poderá ser feita para processos em fase de execução e não apenas naqueles em fase de conhecimento, após autorização do CSJT para as novas instalações de PJe-JT.

O Conselho decidiu ainda que novas varas do Trabalho que venham a ser criadas não precisam

obrigatoriamente ser varas ligadas ao PJe-JT. A exceção é para aquelas localidades em que há outra vara do Trabalho com o PJe-JT, para evitar que o autor da ação consiga escolher se vai ajuizar sua ação com o juiz do Trabalho da vara do Trabalho com PJe-JT ou o da vara do Trabalho sem o PJe-JT.

Reunião

Antes da aprovação das medidas pelo CSJT, o diretor Cultural da Associação de Advogados de São Paulo, Luís Carlos Moro (ex-presidente da ABRAT), havia se reunido com o juiz auxiliar da presidência do TST e do CSJT, José Hortêncio Ribeiro Júnior, para discutir entre os temas de interesse da advocacia trabalhista.

Segundo Moro, uma das questões apresentadas no encontro era que todas as intimações fossem feitas via Diário Eletrônico



da Justiça do Trabalho, visando uma tranquilidade maior aos advogados no gerenciamento e acompanhamento dos seus prazos. A proposta foi levada à reunião do Conselho e aprovada.

Moro acrescentou ainda a possibilidade de um futuro convênio da AASP com o CSJT, com intuito de melhorias no sistema e uma melhor adaptação dos advogados a nova realidade eletrônica.

Acompanhe a
ABRAT



www.facebook.com/redeabrat



www.twitter.com/redeabrat



www.abrat.net



Agende-se

Setembro

- 26 a 28 - Congresso Paulista de Advogados Trabalhistas

Outubro

- 09 a 12 - XXXV CONAT - Rio de Janeiro

Novembro

- 06 a 08 - Caravana Foz do Iguaçu (PR)

- 29 - Caravana de Petrolina (PE)



Deu no
Facebook



Araçari Baptista É a vida....meu querido Antonio Fabrício Gonçalves!!!! Obrigada por tudo!!!!Na minha opinião Juiz de Fora foi a Caravana mais emocionante de todas!!!! Assim o coração não resiste!!!!
24 de agosto às 23:41



Claudio Peron Advogados recebem homenagem dentro da cidade que tem o nome de Juiz de Fora. Parabéns aos homenageados na incessante luta pela classe trabalhista.
24 de agosto às 00:27



Roberto Monteiro Pinho ACAT sempre atuante, parabéns presidenta Ana Beatriz, o caminho do diálogo e do consenso é sempre o mais alvissareiro. Com a palavra o grande líder trabalhista, Paulo Reis.
26 de agosto às 23:14



ABRAT
na Mídia

Renan garante apoio a projeto que beneficia ... - Senado Federal
www12.senado.gov.br/.../renam-garante-apoio-a-projeto-que-benefica-a...

14/08/2013 - O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), recebeu nesta ... da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas - Abrat. O grupo ...

PLC dos honorários trabalhistas recebe voto favorável de relator ...
www.oabsinop.com.br/index.php?mega=news_detalle&cod=429

O tema foi tratado pela OAB, juntamente com a Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (ABRAT), com o presidente do Senado, Renan Calheiros, ...

15/08/2013

10h13 Projeto de lei que regulamenta honorários trabalhistas avança no Senado
<http://www.conjur.com.br/2013-ago-15/projeto-lei-regulamenta-honorarios-trabalhistas-avanca-senado>

... os critérios para fixação de honorários advocatícios e periciais na Justiça No que diz respeito aos honorários, o relator explicou que os ... caráter pedagógico, a condenação aos honorários de sucumbência tem natureza alimentar ... o vencido ao pagamento dos honorários de sucumbência, que variarão entre ...

Tribuna de Minas - Coluna Cesar Romero - 22/08/2013

SIMPÓSIO TRABALHISTA

O presidente da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas - Abrat, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, fará a abertura do 24º Simpósio, amanhã, na OAB. Na programação, homenagens aos ex-sindicalistas Clodesmidt Riani e Demisthóclides Baptista (in memoriam).



Deu no
Twitter

TST Oficial @TST_Oficial55 min
#TST Professora consegue rescisão do contrato por culpa do empregador, que não fez depósitos de FGTS. <http://bit.ly/1flcE1g>

TRT da 3ª Região @TRT3imprensa1 h

Magistrados do TRT-MG participam do 4º Congresso Nacional de Perícias Judiciais. <http://bit.ly/1a2t55C>

Antônio Queiroz Jr. @Prof_AQueiroz1 h

Colega advogado trabalhista, você já fez sua inscrição para o CONAT 2013? Acesse: <<http://conat.oabmg.org.br/>> Encontro vocês lá!

CFOAB @CFOAB2 h

PJe deve ser acessível para idosos e deficientes visuais, defende OAB. <http://bit.ly/17lIx99>

AASP @aasp_online2 h

Atualize-se com o curso Recursos no processo do trabalho e no processo civil, de 9 a 18/9 <http://bzz.ms/1mq5>

Anatra - RN @anatra_rn3 h

Inscrições abertas para o Entra 2013 pic.twitter.com/p3OZzrtpRC

AASP @aasp_online3 h

Aprenda sobre o novo sistema PJe-JT com o curso de Petição eletrônica. De 3 a 5/9, das 14h30 às 17h30 <http://bzz.ms/1mq3>

Diretoria ABRAT - 2012/2014

Presidente: Antônio Fabrício de Matos Gonçalves (MG)
Vice-presidente nacional: Nilton Correia (DF)
Secretário Geral: Roberto Parahyba Arruda Pinto (SP)
Diretora Financeira: Sílvia Lopes Burmeister (RS)
Vice-presidente da Região Norte: Rodrigo Walghan (AM)
Vice-presidente da Região Nordeste: Marcondes Rubens Martins de Oliveira (PE)
Vice-presidente da Região Centro-Oeste: Eliomar Pires Martins (GO)
Vice-presidente da Região Sudeste: José Luiz Xavier (RJ)
Vice-presidente da Região Sul: Miriam Klahold (PR)
Vice-presidente do Distrito Federal: Antônio Alves (DF)
Diretor de Imprensa, Divulgação e Revista: Benizete Ramos de Medeiros (RJ)
Diretor de Assuntos Legislativos: Ronaldo Tolentino (DF)
Diretor de Assuntos Jurídicos: Felipe Caliendo (SC)
Diretor Social: Izabel Dorado (MG)
Diretor de Informática: Jefferson Calaça (PE)
Diretor de Temas Estratégicos: Carlos Alfredo (BA)

Diretor de Especialização: Roseline Rabelo de Jesus Moraes (SE)
Diretora de eventos: Luciana Barcellos Slosbergas (SP)
Diretor de Relações Institucionais: Cezar Britto (SE)
Diretor de Relações ABRAT/JUTRA: Maria Cristina Carrion Vidal de Oliveira (RS)
Diretor de Convênio: Jocelino da Silva (SP)
Diretor de Relações ABRAT/ALAL: Luiz Gomes (RN)
Diretor da Relações entre Associações: Araçari Baptista (RJ)
Diretor de Jornal Virtual: Carlos Tourinho (BA)
Diretor de Assuntos Jurisprudenciais: Pedro Mauro (MS)
Diretor da Escola de Advocacia: Luciana Serafim da Silva Oliveira (MT)
Diretor da ABRAT Jovem: Marcos Antônio de Oliveira Freitas (MG)
Coordenador do Colégio de Presidentes - Luciano Almeida (AL)
Departamento de PJe: Arlete Mesquita (GO) - Sílvia Mourão (PA)
Departamento de Direito Desportivo: Paulo Sérgio Marques dos Reis (RJ)
Afonso Celso Raso (MG)
Diretor de Jornal Virtual: Carlos Tourinho
Jornalista responsável: Mellissa Mendes - MGO 7155JP